



O uso de indicadores para a promoção da sustentabilidade local por meio de plataformas digitais: os casos de Cascavel (Brasil) e Vila Nova de Gaia (Portugal)

Ana Claudia Marangoni Batista Campana¹

João Francisco Charrua Guerra²

Samuel Ronobo Soares³

Máriam Trierweiler Pereira⁴

Resumo

A Agenda 2030 apresenta indicadores e metas para a sustentabilidade global, contudo incompatível aos municípios, pois cada município possui suas particularidades, seja por características geográficas, culturais ou econômicas. O objetivo deste trabalho foi analisar a efetividade de metas e indicadores de sustentabilidade local em plataformas digitais (divulgadas na internet como promotoras da Agenda 2030 em municípios), por meio de estudo de caso em Cascavel (Brasil) e Vila Nova de Gaia (Portugal), com vistas ao desenvolvimento sustentável global. Foram utilizados o método de revisão bibliográfica e o estudo de caso. Para o efeito, analisaram-se dois programas de promoção à sustentabilidade local – o Programa Cidades Sustentáveis, no Brasil, e a Plataforma ODSLocal, em Portugal. Nos portais dedicados a estes programas, foram abordados dois municípios de médio porte signatários dos programas: Cascavel, no Brasil, e Vila Nova de Gaia, em Portugal – e a partir daí, analisadas as boas práticas municipais, metas e indicadores utilizados, e foi realizada a comparação com os indicadores globais das Nações Unidas. Observou-se que nem os indicadores nem as metas cumprem escrupulosamente as orientações da ONU (pensadas, sobretudo para o nível nacional), pois foram e são elaborados em prol das metas globais abstratas e pouco adaptadas a especificidades e características que, muitas vezes são únicas e irreproduzíveis. Portanto, é importante que indicadores e metas não percam de vista as realidades locais, adaptando-se aos problemas reais de cada comunidade, em qualidade e quantidade às dinâmicas e às especificidades locais que procuram acompanhar, num processo vulgarmente conhecido por “localização dos ODS”.

Palavras-chave: Territorialização da Agenda 2030; ODSLocal; Plano de Metas; Programa Cidades Sustentáveis.

¹ Mestra em Sustentabilidade pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR); Brasil, colaboradora no Instituto Federal do Paraná - Campus Umuarama; marangoni.arq@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-9804-5132>; <http://lattes.cnpq.br/8668906889202532>.

² Sociólogo, Doutor e Mestre em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa); Portugal, investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; joao.guerra@ics.ulisboa.pt; <https://orcid.org/0000-0003-1918-2273>.

³ Doutor em Letras-Literatura pela Universidade Estadual de Londrina. Brasil, docente no Instituto Federal do Paraná - Campus Umuarama. samuel.ronobo@ifpr.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-2027-9374>.

⁴ Doutora em Engenharia Química com ênfase em Gestão, Controle e Preservação Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá; Brasil, docente no Instituto Federal do Paraná - Campus Curitiba. mariam.pereira@ifpr.edu.br; <https://orcid.org/0000-0003-0782-6967>; <http://lattes.cnpq.br/6867974583171879>.



The use of indicators to promote local sustainability through digital platforms: the cases of Cascavel (Brazil) and Vila Nova de Gaia (Portugal)

Abstract

The Agenda 2030 presents indicators and goals for global sustainability, but it is incompatible with municipalities because each municipality has its own particularities, whether due to geographical, cultural, or economic characteristics. The objective of this study was to analyze the effectiveness of local sustainability goals and indicators on digital platforms (promoted on the internet as part of the Agenda 2030 in municipalities), through a case study in Cascavel (Brazil) and Vila Nova de Gaia (Portugal), with a view to global sustainable development. The methods used were literature review and case study. For this purpose, two programs promoting local sustainability were analyzed – the Sustainable Cities Program in Brazil, and the ODSLocal Platform in Portugal. Two medium-sized municipalities participating in these programs were addressed on the dedicated portals: Cascavel, Brazil, and Vila Nova de Gaia, Portugal – and from there, municipal best practices, goals, and indicators used were analyzed, and compared with the global indicators of the United Nations. It was observed that neither the indicators nor the goals strictly adhere to the UN guidelines (primarily designed for the national level), as they were and are developed in line with abstract global goals and are not well adapted to specific characteristics that are often unique and irreproducible. Therefore, it is important for indicators and goals to consider local realities, adapting to the real problems of each community, in terms of quality and quantity, to the dynamics and specificities of the local context they seek to address, in a process commonly known as "localization of the SDGs" (Sustainable Development Goals).

Keywords: 2030 Agenda Localization; LocalSDGs; Target Planning, Sustainable Urban Development Program

Recebido em: 27/01/2024

Aceito em: 04/03/2024

Publicado em: 04/03/2024

1 Introdução

Pensando na sustentabilidade global de forma transversal (incluindo países ricos e países pobres) e sistêmica (relacionando os vários problemas que afligem a humanidade), a Organização das Nações Unidas (ONU) criou, em setembro de 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um plano de ação para o planeta e para a população, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas até o ano 2030 (ONU, 2015). Para isso, conta com um plano de monitoramento



constituído por 254 indicadores que procuraram identificar avanços e recuos, desvios e ajustes, no caminho já longo, mas pouco fértil do desenvolvimento sustentável.

Cada ODS possui metas que, por seu turno, devem ser monitorizadas por indicadores capazes de proporcionar: i) o diagnóstico da situação; e ii) a evolução ao longo do tempo. Estas grandezas que, de acordo com Van Bellen (2004), quantificam e simplificam informações de dados complexos, transformando-as em referências acessíveis, permitem, se bem utilizadas, encontrar falhas e possibilidades de ação para, a curto prazo (até 2030), se conseguir um mundo mais sustentável.

Porém, o desenvolvimento sustentável, ou como alguns defendem apenas a sustentabilidade, não prescinde da ação local onde os problemas emergem e eventualmente serão resolvidos (Schmidt e Guerra, 2018). Em consequência, para agir em conformidade, esses indicadores devem ser adequados à realidade de cada local, pois não só as necessidades dos países habitualmente designados mais desenvolvidos (mais ricos) são bem diferentes dos países normalmente referidos por menos desenvolvidos (menos ricos e menos capazes de um consumo predatório), como dentro dos vários países encontram-se realidades distintas e especificidades que obrigam a uma adaptação de metas e de objetivos e, por conseguinte, de indicadores. No Brasil, com 5.568 municípios, uma extensão territorial continental, uma diversidade regional desmedida e uma desigualdade socioeconômica ainda mais vasta, a necessidade de adaptação (*i.e.*, “localização”) de metas e indicadores é ainda maior. Mas isso não significa que o mesmo processo não se mostre necessário em países menores, como é o caso de Portugal, onde a diversidade também acontece. Em qualquer caso, é necessário adaptar metas e indicadores para efetivação dos ODS no âmbito local para manter a harmonia entre necessidades, potencialidades, culturas locais e os planos municipais que daí deveriam decorrer. Com esta estratégia de “localização” procura-se, acima de tudo, garantir maior eficácia na luta contra problemas específicos, bem como atender aos problemas mais prioritários eleitos a partir do conhecimento aduzido pelos indicadores disponibilizados (Vanali, 2021).

Diante deste cenário, é importante destacar o papel das organizações e dos programas que abordam os ODS de acordo com características e especificidades regionais e locais, e como podem auxiliar gestores e decisores municipais na prossecução de um desenvolvimento local mais sustentável. Afinal, a sustentabilidade mundial é o resultado de um esforço coletivo que começa no local. Se o sucesso dos esforços para implementar o desenvolvimento



sustentável depende de uma abordagem transversal que abrange todos os níveis - global, nacional, regional e local – é preciso, começar pelas particularidades de cada território, sua produção econômica, suas culturas e tradições, suas políticas locais, e alinhar o desempenho humano às potencialidades de cada bioma (Boff, 2016).

Nessa perspectiva, foram apresentadas duas propostas de promoção da sustentabilidade local/municipal que trabalham com indicadores de sustentabilidade local/municipal de referência nacional, a partir dos quais é salvaguarda a comparabilidade entre territórios, seus objetivos e metas municipais: o brasileiro Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e a portuguesa Plataforma ODSLocal, ambas as plataformas digitais são divulgadas na internet em sites de busca ao procurar por palavras chave como “Agenda 2030 municipal”, “Agenda 2030 local”, “indicadores locais” (acrescidas da palavra Portugal), e possuem propostas parecidas, que possibilitou a comparação, pois além de abordar a realidade de forma objetiva com os indicadores, também expõe a sustentabilidade dos municípios de forma subjetiva, com a divulgação de boas práticas. O intuito da disseminação dessas boas práticas não é a comparação entre regiões, mas a apresentação de experiências que podem se tornar exemplo para solução de problemas similares de sustentabilidade urbana. Afinal, o 17º objetivo da Agenda 2030 é implantar parcerias em prol do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Portanto, o objetivo deste trabalho foi analisar a efetividade de metas e indicadores de sustentabilidade local em plataformas digitais (divulgadas na internet como promotoras da Agenda 2030 em municípios), por meio de estudo de caso em Cascavel (Brasil) e Vila Nova de Gaia (Portugal), com vistas ao desenvolvimento sustentável global.

2 Fundamentação Teórica

Segundo Elkington (1997), o modelo ideal de sustentabilidade baseia-se em três pilares essenciais e na interação entre eles: o pilar econômico, o pilar social e o pilar ambiental. De alguma forma, a Agenda 2030 replica este formato, mas alarga perspectivas, por exemplo, na relação entre as três dimensões originais. Ou seja, se estes três pilares – rebatizados para “prosperidade”, “pessoas” e “planeta” – interagem de forma sistêmica entre si, é relevante salientar a importância das três dimensões no jogo complexo de interações que se vai desenrolando no mundo. A verdade é que não há economia sem pessoas e não há pessoas sem planeta. Daí a fulcralidade e a primazia das questões ambientais, porque delas



depende o futuro da humanidade, como aliás, as consequências das mudanças climáticas já não deixam grandes dúvidas (Guerra, Schmidt e Lourenço, 2019).

Quanto aos outros dois “Ps” da Agenda 2030 – “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” e “Parcerias e Meios de Implementação”, surgem como dimensões instrumentais que é preciso garantir para que o processo se constitua efetivamente em todo o mundo. Trata-se, afinal, de condições imprescindíveis quer para promover a mobilização e o engajamento das populações – sobretudo das populações locais que sofrem as consequências da degradação ecológica e social –, quer para garantir os meios (financeiros e técnicos) para o bom desenrolar da Agenda 2030 em todos os lugares, incluindo os mais pobres (Guerra, Schmidt e Lourenço, 2019).

Por conseguinte, o que está em causa é a mudança. Uma mudança que leve em consideração o planeta e as pessoas, sem esquecer os múltiplos contextos sociogeográficos e as iniquidades que, na atualidade, tendem a aumentar. Para que o desafio desta mudança tenha efeitos tangíveis, a mobilização do cidadão comum assume papel fundamental, perante uma situação que exige um compromisso coletivo e transversal (Schmidt e Guerra, 2018).

Isto pode ser mais do que uma utopia com poucas probabilidades de ser alcançada. Como O’Riordan (2014) afirma, a transição já ocorre em muitas comunidades locais, de forma muito gradual e condicionada pelo status quo político e socioeconômico nacional e global. Estas iniciativas de promoção da sustentabilidade, são exemplos específicos de resistência. Se usada com pragmatismo, inteligência e precaução, a Agenda 2030 pode contribuir para quebrar este “obstáculo”, com uma difusão ampla de uma ideia de sustentabilidade sistêmica, que garanta a todos inclusão e acesso a serviços e bens, à cultura e difusão da identidade local, para além da democratização e participação política (Teixeira et al, 2012).

A localização da Agenda 2030 pode igualmente contribuir, com o monitoramento que fomenta e possibilita por meio de indicadores adaptáveis aos vários contextos geoeconômicos, uma ação mais consequente, permitindo ultrapassar o wishful thinking, que só se mantém porque se ignora a realidade. Neste sentido, a sustentabilidade global emerge como resultado da interação de experiências e iniciativas localizadas (Guerra e Schmidt, 2016), e as diversas dimensões da sustentabilidade - vistas em interação, mas não em paridade - precisam então de ser trabalhadas a partir da esfera local, sob o ponto de vista das comunidades locais.

Em suma, para tornar o processo eficaz e consequente, é preciso, como Vanali (2021) afirma, que governos e cidadãos realizem a territorialização de metas e, principalmente, de



indicadores, transformando diretrizes globais em ações e políticas públicas concretas mais ajustadas às pessoas e à promoção da qualidade de vida com políticas de proximidade.

Neste panorama, o uso de indicadores como instrumento para ações governamentais não é, certamente, uma novidade. Porém, a sua aplicação à sustentabilidade ganhou expressão mundial por meio do Relatório Brundtland (CMMAD, 1987) e, sobretudo, a partir da década de 1990 com a assinatura da Agenda 21, um programa de ação (antecessor da Agenda 2030), produzido no Rio de Janeiro, em 1992 (Malheiros, Coutinho e Philippi Júnior, 2012).

Um bom indicador deve ser mensurável, ter precisão, ter dados disponíveis, ser relevante, ser de fácil interpretação, ter resultados confiáveis, ser monitorável, ter um bom custo-benefício, ser acessível a todos os interessados, e prever a comparabilidade entre períodos e locais (PCS, 2021). Dito isto, como sublinham Adão e Polette (2016), a qualidade de um indicador está fortemente vinculada com as ações pretendidas e com as informações obtidas por ele, pois eles podem apenas quantificar um dado específico para um censo, ou apresentar vulnerabilidades mais complexas sobre determinado local.

São, portanto, ferramentas necessárias para a gestão pública nos seus vários níveis, e daí resulta o interesse por indicadores locais. De acordo com Nahas e Monte-Mór (2015), atualmente, aumentou a busca por indicadores que sistematizam informações e revelam problemas muitas vezes desconhecidos pelos gestores públicos, principalmente em municípios pertencentes a países com grandes desigualdades socioeconômica, como é o caso do Brasil e, em menor escala, também de Portugal. Esse apontamento é confirmado por Teixeira *et al* (2012, p. 163), que se referem a indicadores de sustentabilidade como “importantes instrumentos tanto para orientação das políticas públicas locais, quanto para monitoramento da sustentabilidade no processo de desenvolvimento local pela própria sociedade”, e, por conseguinte, para a mobilização cidadã. O que coincide com os objetivos declarados pela Assembleia-Geral da ONU na Agenda 2030: um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, (que) também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e equidade social (ONU 2015).

Ao nível local, no entanto, a introdução de políticas públicas que buscam a sustentabilidade é complexa, porque devem atender especificidades múltiplas e, por vezes, conflitantes. Empreitada que merece ser aprofundada para realizar um diagnóstico das situações vividas e dos desafios enfrentados pelos diferentes municípios, de forma a encaminhar os seus territórios para um desenvolvimento mais socialmente inclusivo, mais



ambientalmente equilibrado e mais sustentável tendo em vista as gerações presentes e futuras (Vanali, 2021). Por conseguinte, espera-se que os princípios se tornem em ações concretas (Réus e Andion, 2018), por meio de informação fornecida por indicadores que auxiliam no gerenciamento de estratégias das secretarias municipais e nos planos de desenvolvimento territorial, com base nas metas propostas (mas, sempre que necessário, adaptadas) nos 17 ODS da Agenda 2030.

2.1 Programa Cidades Sustentáveis

O PCS (2021, pp. 28) se define como “uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal”. Possui 260 indicadores em áreas temáticas ligadas aos 17 ODS, e apresenta uma direção acessível, partindo do âmbito local para a implantação da Agenda 2030 no Brasil (PCS, 2021). Machado (2013) afirma que as agendas de sustentabilidade são instrumentos de planejamento que norteiam ações de acordo com os desafios apresentados e estimulam a procura por soluções por meio de projetos em níveis municipais, estaduais ou federais.

Até o final de 2023, mais de 300 municípios haviam aderido ao PCS, que dirige a sua ação, principalmente, aos gestores e decisores municipais, fornecendo manuais e guias de orientação, com indicadores classificados em: qualitativos – que apresentam um conjunto de características urbanas; e quantitativos – que mostram informações numéricas dos fatos.

O PCS é constituído por um conjunto de indicadores classificados em 4 categorias: indicadores de contexto – que apontam a realidade do município; indicadores desafiadores – que mostram características específicas que exigem coleta de dados em campo; indicadores de atributos de governança democrática – que se referem a características da estrutura institucional; e indicadores de desempenho e bem-estar econômico, social e ambiental – que possibilitam a comparação por meio de parâmetros limites (PCS, 2021).

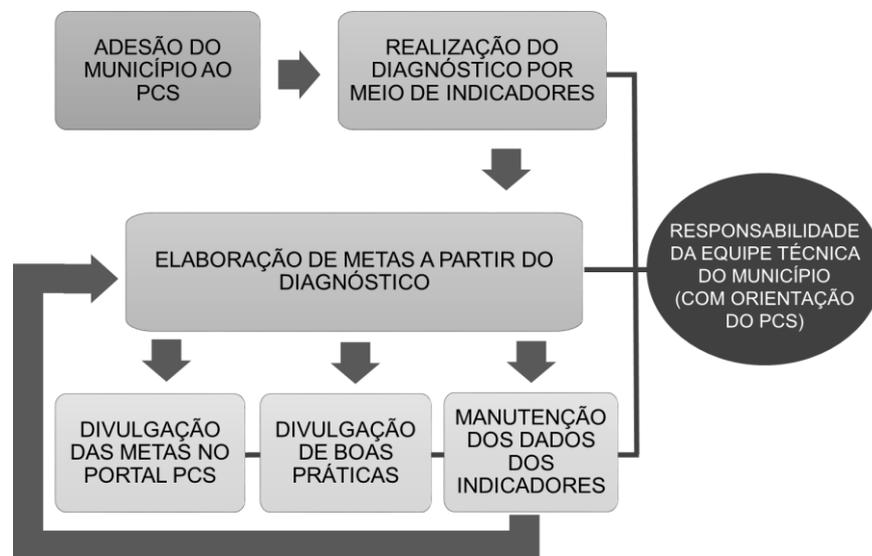
Esse programa nasceu do Movimento Nossa São Paulo, lançado em 2007, com objetivo de transformar a cidade de São Paulo em um local justo e sustentável. Formado pela parceria de centenas de pessoas e organizações, é considerada uma instituição apartidária, financiada por empresas e fundações privadas nacionais e internacionais (PCS, 2015). É uma iniciativa institucional de adesão gratuita, e cabe aos gestores públicos municipais arcar apenas com os custos de manutenção do programa, como a nomeação de uma equipe para realizar a coleta de dados e gerenciamento da agenda municipal (PCS, 2021).



Ao aderir ao PCS, o prefeito assina uma carta de compromisso pela cidade, que lhe dá acesso ao portal cidadessustentaveis.org.br. Os responsáveis designados pelos gestores públicos da cidade alimentam as informações sobre o município no portal e, com o auxílio da equipe do PCS, realizam o diagnóstico da cidade por meio dos indicadores. Esse processo pode ser realizado pela equipe municipal com ou sem consultoria terceirizada. Com o diagnóstico elaborado é possível identificar quais as deficiências encontradas na cidade, e estabelecer metas para melhorar a situação em um determinado tempo. O plano de metas também é realizado pelos gestores públicos com auxílio do PCS. No portal do PCS, além de se permitir alimentar os conjuntos de indicadores municipais, é possível que os gestores divulguem as boas práticas realizadas na cidade (PCS, 2021).

A Figura 1 apresenta um fluxograma resumido das etapas e responsabilidades assumidas pelos municípios ao aderirem ao PCS, que é um processo contínuo em que, ao colocar as metas em prática, os indicadores são recalculados e assim elaborado outro plano de metas de acordo com os resultados.

Figura 1: Fluxograma de etapas e responsabilidades das cidades signatárias ao PCS



Fonte: PCS (2021); Elaboração própria.

Em suma, o PCS oferece apoio às cidades signatárias, mas não substitui as obrigações dos seus gestores e decisores. As equipes municipais mantêm total autonomia em todos os processos, e podem utilizar os indicadores da forma que for mais conveniente.

A fim de realizar um diagnóstico de sustentabilidade de todos os municípios brasileiros (até mesmo aqueles que não são signatários), em 2022, o PCS em parceria como o Sustainable Development Solutions Network (SDSN), lançou o Índice de Desenvolvimento



Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). O IDSC-BR consiste em um instrumento para a gestão pública, formado por 100 indicadores de referência ligados aos 17 ODS, dispostos em uma plataforma interativa de acesso gratuito, com informações que medem o grau de sustentabilidade das 5.570 cidades brasileiras (considerando os 5.568 municípios, mais o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha), por meio de cores e notas de avaliação (ICS, 2022). Com essa avaliação ficam explícitos os pontos fortes e fracos referentes à sustentabilidade de cada município, embora aborde apenas os indicadores de referência e não trate das características particulares, fato que só é exposto com o uso de indicadores específicos.

2.2 Plataforma ODSLocal

Em Portugal, foi criada a Plataforma ODSLocal que, em dezembro de 2023, fez três anos de atividade⁵.

Para além de um Portal online que permite a monitoração de indicadores (específicos e de referência) e o mapeamento de iniciativas locais (projetos liderados pela sociedade civil e boas práticas municipais em curso), conta com uma estratégia de intervenção assente na promoção de “laboratórios locais de sustentabilidade”, constituídos por sessões de capacitação (destinados a técnicos municipais e decisores políticos) e sessões participativas (destinadas a *stakeholders* das comunidades municipais) (Plataforma ODSLocal, 2022a).

De acesso gratuito para a versão base e incluindo a totalidade de municípios portugueses no que aos indicadores de referência diz respeito, a Plataforma visa mobilizar e capacitar os municípios e comunidades municipais para o cumprimento dos ODS em nível local com a disponibilização de informação (indicadores de referência) e a capacitação de técnicos municipais em sessões regionais de esclarecimento. Porém, para ter acesso a todas as funcionalidades disponíveis no portal ODSLocal, como divulgação de premiação, comunicação dedicada, e receber serviços de assessoria direcionados para as necessidades específicas de cada um dos municípios, é necessário pagar uma quantia que depende da capacidade financeira de cada município, medida por meio do poder de compra municipal (Plataforma ODSLocal, 2022a).

⁵ Cerca de três anos antes o Portal foi preparado em uma versão piloto com a participação de alguns municípios emblemáticos para afinar metodologias, ensaiar a criação e adaptação de indicadores e perscrutar necessidades a partir das realidades locais.



Ao final de 2022, o Portal ODSLocal alcançou o número de 156 indicadores produzidos (somando os indicadores de referência e os específicos), e 87 municípios signatários (aproximadamente 28,25% do total de 308 municípios do país): sendo 29 na versão avançada e 58 na versão base (Plataforma ODSLocal, 2022a).

A Plataforma ODSLocal (2022a) é fruto de uma parceria entre o CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (órgão nacional independente com funções consultivas que congrega quer interesses institucionais, quer da sociedade civil), o OBSERVA – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e a *2adapt* (uma *startup* tecnológica de serviços de adaptação climática que criou e gere o Portal ODSLocal).

A Plataforma possui uma equipe preparada para fomentar o uso informado do portal ODSLocal, mapear iniciativas locais de promoção da sustentabilidade e dinamizar laboratórios mobilizadores de sustentabilidade local direcionados para os diversos grupos sociais (incluindo decisores e técnicos municipais). Para levar a cabo tal tarefa que procura abrangência e transversalidade sem deixar de abordar a sustentabilidade ao nível local, o projeto conta com a contribuição dos municípios, e contou na sua fase de inicialização, com o apoio financeiro da Fundação “La Caixa” (Plataforma ODSLocal, 2022a).

Esta estratégia envolvente e mobilizadora procura, assim, impulsionar a prossecução da Agenda 2030, engajando os diversos membros das comunidades municipais numa abordagem que inclui desde o cotidiano e os comportamentos do cidadão comum, até ao processo de decisão técnica e política a cargo dos municípios. Para tal, se divide em quatro características principais que se complementam: i) abrangência – inclusão de todos os ODS; ii) enraizamento local – criação de indicadores baseados na realidade local; iii) conectividade – ligação direta entre os portais e páginas municipais e o Portal ODSLocal; e iv) acesso a dados e processos inovadores – apoio de uma equipe transdisciplinar, composta por cientistas de diversas áreas e até diferentes universidades, entidades públicas (CNADS), e um conselho científico especializado nas diversas áreas abrangidas pelos ODS e recrutados entre especialistas de renome no panorama português (Plataforma ODSLocal, 2022a).



Figura 2: Fluxograma de etapas e responsabilidades das cidades signatárias ao ODSLocal



Fonte: Plataforma ODSlocal (2022a); Elaboração própria.

Assim, a adesão ao ODSLocal (Figura 2) é relativamente parecida com o PCS: os decisores municipais optam pela versão base ou avançada, os serviços municipais realizam o diagnóstico recorrendo aos indicadores disponibilizados no Portal ODSLocal e, se for caso disso, ao mapeamento de iniciativas (projetos e boas práticas), bem como ao resultado das sessões participativas efetuadas no âmbito dos “Laboratórios de Sustentabilidade”. Com esse diagnóstico podem melhor envolver as comunidades locais, direcionar a sua ação com o redirecionamento de metas e objetivos assentes na informação disponível e, finalmente, elaborar os “Relatórios Voluntários Locais” (Plataforma ODSLocal, 2022a).

No ODSLocal, a responsabilidade de alimentação do portal não é apenas responsabilidade do município. Bem pelo contrário, o Portal ODSLocal é uma ferramenta fundamental para todos os municípios porque detém informação relevante para a sua ação, mas é gerido pela Equipe ODSLocal, em colaboração não apenas com o município, mas também com as sociedades civis municipais (*stakeholders*). Quer isto dizer que a recolha, seleção, metas atribuídas e disponibilização dos indicadores de referência – com um racional *top-down* porque são recolhidos a partir de informação oficial: governo central, ministérios etc. – são da exclusiva responsabilidade da equipe ODSLocal. Já os indicadores específicos – com um racional *bottom-up*, com origem municipal e, muitas vezes, dependentes da sua ação governativa – são fundamentalmente da responsabilidade dos municípios, tal como é a informação disponibilizada acerca das boas práticas municipais promotoras da sustentabilidade. Optando pela versão base, os municípios têm limitações na disponibilização



de informação sobre boas práticas (não mais do que cinco), não têm hipótese de introduzir indicadores específicos e não têm direito ao desenvolvimento dos “laboratórios de sustentabilidade” no seu território que procuram engajar técnicos, decisores políticos, sociedade civil, população em geral para a prossecução dos ODS.

Os projetos com origem na sociedade civil, no entanto, podem e são incentivados a disponibilizar informação no Portal ODSLocal, para assim inspirarem os seus pares. Neste caso, e por esse motivo, não há limites, nem sequer para os municípios não signatários.

3 Opções Metodológicas

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com uso do método de procedimento de revisão bibliográfica, onde foram analisados livros, artigos, documentos secundários do PCS e ODSLocal, além da própria Agenda 2030, e suas respectivas metas e indicadores para a contextualização do tema.

Para o estudo de caso foram selecionados dois municípios: Vila Nova de Gaia, do distrito de Porto, em Portugal, que faz parte da plataforma ODSLocal com a versão base; e Cascavel, no estado do Paraná, no Brasil, signatária do PCS. A escolha desses municípios decorreu da sua dimensão (número de habitantes), e também da disponibilidade dos dados.

Entre os municípios mais populosos do Portugal, Vila Nova de Gaia, com 300.018 habitantes, e uma área de superfície de 168 km², era o que, no final de 2021, apresentava mais informação sobre boas práticas no portal ODSLocal (Plataforma ODSLocal, 2022b). Ao comparar essas características com os signatários do PCS, chegou-se ao município de Cascavel, pois dentre as cidades que possuem população semelhante, no Paraná, é a que apresenta dados mais completos no portal do PCS. Seu total de habitantes é de 332.333, e área de superfície de 2.101,07km² (PCS, 2021).

Foram analisadas as boas práticas, metas e indicadores relacionados aos programas citados, e comparados com os indicadores do portal dos ODS da Agenda 2030. Todas as informações para essa análise foram encontradas nos portais eletrônicos do PCS, portal da prefeitura de Cascavel, portal ODSLocal e na página dos ODS da Nações Unidas.

4 Resultados

De acordo com a avaliação do IDSC-BR, a cidade de Cascavel possui pontuação geral do grau de sustentabilidade de 58,3 pontos (considerando 100 a maior pontuação e 0 a



menor), e está em 235º na classificação geral das 5570 cidades brasileiras (ICS, 2022). O IDSC-BR, apresenta um gráfico radar com a média das notas dos 100 indicadores avaliados para cada ODS (figura 3).

Ao avaliar superficialmente o gráfico da Figura 3, nota-se que os ODS com pior avaliação de Cascavel, abaixo de 50 pontos, são o ODS 1 - erradicação da pobreza, 2 – Fome zero e agricultura sustentável, 5 – igualdade de gênero, 15 - proteger a vida terrestre e 17 – parcerias e meios de implementação (ICS, 2022).

Figura 3 – Gráfico radar de avaliação dos ODS para Cascavel



Fonte: ICS, 2022.

Contudo, Cascavel está em busca de tornar-se um município mais sustentável, visto que segundo o Plano de Metas do Programa Cidades Sustentáveis (2021), é signatária do PCS desde em janeiro de 2017 e renovou o compromisso em 2021. O município possui um plano de metas detalhado baseado nos 17 ODS e em eixos temáticos (antiga estruturação do PCS), e aborda 104 indicadores do total de 260 do PCS (Quadro 1).

Quadro 1: ODS aplicados em Cascavel conforme o eixo de pesquisa do PCS e respectivamente o número total de indicadores para cada eixo

Eixo	ODS relacionado	Número de indicadores
Eixo 1 - Governança	ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes	8
Eixo 2 - Bens Naturais Comuns	ODS 6 - água potável e saneamento ODS 13 - ação contra mudança global no clima ODS 14 - vida na água ODS 15 - vida terrestre	7
Eixo 3 – Equidade, Justiça Social e	ODS 1 - erradicação da pobreza	11



Eixo	ODS relacionado	Número de indicadores
Cultura de Paz	ODS 3 - saúde e bem-estar ODS 10 - redução de desigualdades ODS 11 - cidades e comunidades sustentáveis ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes	
Eixo 4 – Gestão Local para a Sustentabilidade	ODS 15 - vida terrestre	2
Eixo 5 – Planejamento e Desenho Urbano	ODS 11 - cidades e comunidades sustentáveis	1
Eixo 6 - Cultura para a Sustentabilidade	ODS 4 - educação de qualidade ODS 11 - cidades e comunidades sustentáveis	6
Eixo 7 – Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida	ODS 4 - educação de qualidade	18
Eixo 8 – Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável	ODS 2 - fome zero e agricultura sustentável ODS 8 - trabalho decente e crescimento econômico ODS 9 - indústria, inovação e infraestrutura ODS 12 - consumo e produção responsáveis	14
Eixo 9 – Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	ODS 6 - água potável e saneamento ODS 12 - consumo e produção responsáveis	10
Eixo 11 - Ação Local para a Saúde	ODS 2 - fome zero e agricultura sustentável ODS 3 - saúde e bem-estar	27
OBS: Não foram citados no plano de metas de Cascavel os Eixos 10 - melhor mobilidade, menos tráfego, e o 12 – do local para o global		

Fonte: Plano de Metas do Programa Cidades Sustentáveis (2021); Elaboração própria.

Entre as 37 boas práticas divulgadas pela prefeitura de Cascavel no portal eletrônico no PCS foram destacados dois projetos: Cultura em Ação (Culturação) e Programa FeliCidade do Idoso (PCS, 2021), devido a disponibilidade de informações.

O projeto Cultura em Ação é uma iniciativa de incentivo à cultura, que oferece oficinas artísticas diversas, como música, teatro, dança e artes visuais, destinadas a toda a comunidade de Cascavel, a partir dos 7 anos de idade. Teve início em 2017 e foi reformulado em 2018 para o programa Cultura em Ação, com 50 oficinas disponibilizadas gratuitamente à população, divididas em três níveis que acontecem simultaneamente: o nível 1 – voltado ao público leigo sem experiência nas temáticas artísticas ofertadas; o nível 2 – para amadores com experiência que desejam se aperfeiçoar; e o nível 3 – que exige comprovação de experiência na área artística pretendida (PCS, 2021; Prefeitura Municipal de Cascavel, 2021). O objetivo do projeto é disseminar a cultura, promover a sociabilidade entre os cidadãos e a interação entre as artes, além de possibilitar a profissionalização dos alunos. Os resultados das oficinas são apresentados em espetáculos, apresentações culturais e mostras de arte abertas a toda comunidade (PCS, 2021; Prefeitura Municipal de Cascavel, 2021).



De acordo com o Plano de Metas do PCS (2021), Cascavel pretende ampliar o programa Cultura em Ação. Com referência a essa boa prática, um dos indicadores do PCS analisados é o número de centros culturais, espaços e casas de cultura, públicos e privados, por 10 mil habitantes. A meta do município era realizar o diagnóstico do indicador até final de 2022, e entre 2023 e 2024 adequar a proporção de centros culturais para que chegue o mais próximo possível de 1 para cada 10 mil habitantes (PCS, 2021). Esse indicador faz parte do Eixo 06 – Cultura para a Sustentabilidade, e está ligado ao ODS 4 (PCS, 2021). Entre as ações previstas está a adequação de uma praça para espaço cultural, ampliação e conservação de espaços culturais existentes, a criação da “Rua Cultura e Saber”, e a manutenção e a ampliação dos festivais e mostras culturais da cidade (Plano de metas do Programa Cidades Sustentáveis, 2021).

No que diz respeito aos indicadores para os ODS globais, divulgados no portal Nações Unidas, o único com referência à cultura é indicador 11.4.1: “Total da despesa (pública e privada) *per capita* gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural (...)”. Admitindo que a comparabilidade de indicadores impõe alguns limites, o que não deixará nenhuma dúvida é que a informação que dele resulta é insuficiente para garantir o acesso à cultura a todos, pois fala apenas de recursos financeiros e não sobre distribuição para a população, logo as despesas podem se concentrar em apenas um segmento social e cultural e não atender a um espectro mais alargado de áreas e potenciais beneficiários.

Quanto ao Programa FeliCidade do Idoso, trata-se de uma iniciativa do governo municipal criada em 2018 que propõe a implantação de um espaço de referência chamado “Cidade do Idoso”. Neste espaço, espera-se a promoção do bem-estar de pessoas com 60 anos ou mais, por meio de atividades esportivas, recreativas, educacionais, artísticas, culturais e valorização das experiências vividas (PCS, 2021; Prefeitura Municipal de Cascavel, 2021). No princípio, a “Cidade do Idoso” era descentralizada, acontecia em alguns pontos da cidade. Em setembro de 2021, no entanto, para ganhar capacidade de ação e mobilização, foi centralizado em uma área do parque Tarquínio, revitalizado recentemente. O parque possui 77 mil metros quadrados de mata nativa, córregos, trilhas para caminhadas, áreas de descanso e lagos. Com estes atributos, o espaço possui capacidade para 300 idosos e, visando proporcionar saúde física e mental a essa parcela da população, além de refeições e disponibilidade de profissionais de saúde, oferece atividades de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h (PCS, 2021; Prefeitura Municipal de Cascavel, 2021).



O Plano de Metas do Programa Cidades Sustentáveis (2021) mostra que referente ao Eixo 3 (Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz) Cascavel pretende incentivar a participação de toda população em atividades voltadas à saúde e qualidade de vida, com prioridade para idosos e grupos de risco. Dessa forma, o município elegeu dois indicadores do PCS voltados à pessoa idosa. Um deles, integrado no ODS 16, é: a agressão a idosos - número de pessoas com 60 anos ou mais internadas na rede pública de saúde devido a possíveis agressões a cada 10 mil habitantes. O monitoramento pela assistência social, com registro das atividades realizadas nos programas voltados à terceira idade, é outra das ações previstas que complementa o programa e permite o seu acompanhamento e avaliação (Plano de metas do Programa Cidades Sustentáveis, 2021).

Outro indicador eleito ligado ao ODS 16 – “população idosa” – é um composto de três subindicadores que consiste: i) na existência de Conselho do Idoso no município, ii) na lista de políticas e espaços voltados aos idosos, e iii) no percentual de cidadãos com mais de 60 anos residentes no município. A meta deste indicador é inscrever as unidades de assistência social que fazem atendimento ao idoso no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, prevendo-se a elaboração de um plano de ação anual das unidades de assistência social voltadas aos idosos (Plano de metas do Programa Cidades Sustentáveis, 2021).

Com relação a esse tema e, mais uma vez, porque as exigências da comparabilidade exigem uma abstração que, em alguns casos, pode ser restritiva, o único indicador sobre a população idosa divulgado pelo portal das Nações Unidas é o indicador global 1.3.1: “Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: (...), população idosa, (...) e outros grupos populacionais vulneráveis” (United Nations, 2021). Como se esperaria, a objetividade e universalidade exigida não inclui qualquer referência à qualidade de vida dos idosos, nem sequer a eficiência dos serviços dos programas de assistência social que os amparam.

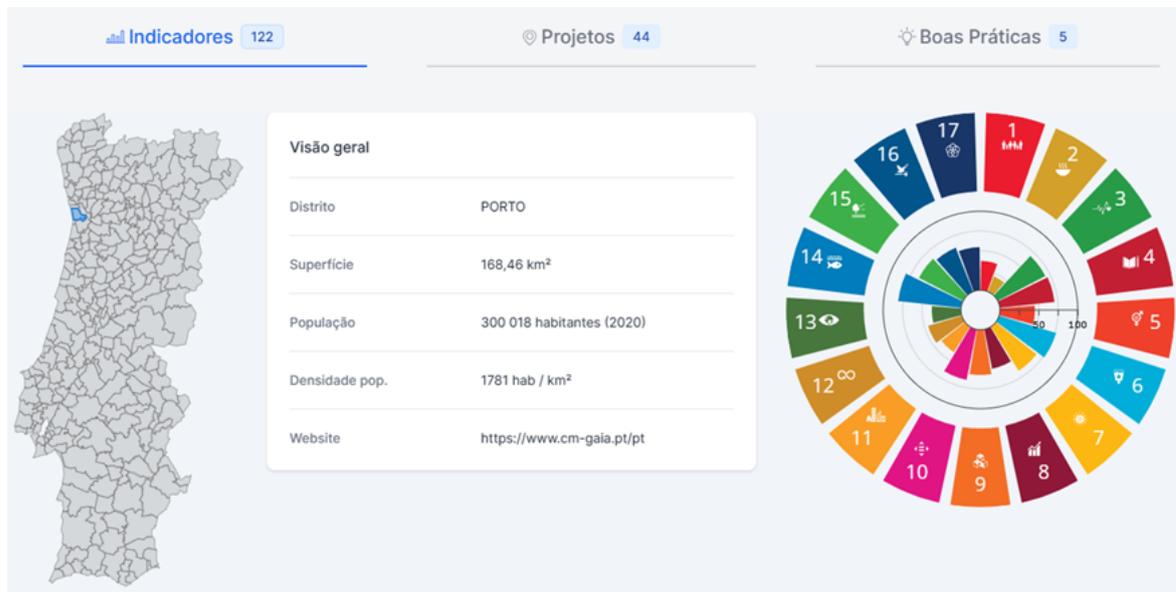
Em Portugal, a Plataforma ODSLocal (2022b) disponibiliza, para o município de Vila Nova de Gaia, 122 indicadores de referência, 44 projetos dinamizados e/ou liderados pela Sociedade Civil e 5 boas práticas municipais⁶ (Figura 4).

⁶ No caso das boas práticas municipais, o município está limitado pela modalidade de adesão que escolheu (Base), modalidade que impede igualmente que acrescente indicadores específicos que podem fazer a diferença em alguns setores, mas não garantem universalidade, rastreabilidade, objetividade e comparabilidade.



O gráfico que acompanha a Figura 4, à direita, expõe em quais ODS o município apresenta desempenhos melhores (ODS 3, 4, 6; 10 e 14) e piores (ODS 1, 2, 5; 11, 12 e 13). Mas, mais do que isso, ao clicar em cada um dos ODS na Roda dos ODS, aparece a informação sobre o número e a área de indicadores de referência disponíveis para cada ODS, e ao clicar nesses indicadores, apresenta-se a comparação com a média dos 308 municípios portugueses e, ainda a sua evolução ao longo do tempo.

Figura 4: Caracterização básica de Vila Nova de Gaia no Portal ODSLocal



Fonte: ODSLocal, 2022b.

Portanto, no Portal ODSLocal é possível perceber qual a posição atual do município relativamente aos 17 ODS (Roda dos ODS), e as informações que os compõem: indicadores, valor base e valor meta atribuídos pela equipe ODSlocal para os 308 municípios portugueses e, ainda, a evolução de cada indicador ao longo do tempo, tendo como referência o valor nacional e da média dos municípios portugueses.

O Quadro 2 mostra a quantidade de indicadores de referência por ODS aplicados em Vila Nova de Gaia, totalizando 122.

Quadro 2: ODS aplicados em Vila Nova de Gaia conforme o número total de indicadores correspondentes

ODS relacionado	Número de indicadores
ODS 1 - Erradicação da pobreza	8
ODS 2 - Erradicação da fome	4
ODS 3 - Saúde de qualidade	15
ODS 4 - Educação de qualidade	10
ODS 5 - Igualdade de gênero	4



ODS relacionado	Número de indicadores
ODS 6 - água potável e saneamento	4
ODS 7 - Energias renováveis	7
ODS 8 - Empregos dignos e crescimento econômico	9
ODS 9 - Inovação e infraestrutura	5
ODS 10 - Redução das desigualdades	5
ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	14
ODS 12 - Consumo responsável	4
ODS 13 - Combate às mudanças climáticas	7
ODS 14 - Proteger a vida marinha	3
ODS 15 - Proteger a vida terrestre	8
ODS 16 – Paz e justiça	9
ODS 17 – Parcerias pelas metas	6
OBS: O ODS 2 é o mesmo para todo o mundo, porém em Portugal abrevia-se para “Erradicação da fome”, enquanto no Brasil é denominado “fome zero e agricultura sustentável”.	

Fonte: Plataforma ODSLocal (2022b), Elaboração própria.

Entre as 5 boas práticas possíveis de serem divulgadas do município Vila Nova de Gaia, divulgadas na plataforma ODSLocal (2022b), foram destacadas aqui duas: Gaia Aprende +, e Gaia + Inclusiva, pois apresentavam informações mais consistentes. Tratando-se de práticas municipais, as informações foram fornecidas pelos próprios serviços municipais.

O Gaia Aprende + é uma iniciativa educacional pública para crianças, que visa proporcionar educação em tempo integral (dois períodos), com componentes curriculares e extracurriculares. Surge como um instrumento mobilizador de mudança social, para atender as necessidades das famílias, não têm caráter obrigatório, e atualmente atende 2643 alunos por ano, com um custo anual de 1.400.000 euros (Plataforma ODSLocal, 2022b).

De acordo com a informação disponibilizada pelo município de Vila Nova de Gaia na plataforma ODSLocal (2022b), o Gaia Aprende + está vinculado a cinco ODS: 4, 8, 10, 11 e 16. Entre os indicadores envolvidos com a temática destaca-se a “taxa bruta de pré-escolarização (%)”. Esse indicador está em crescimento em Vila Nova de Gaia, em 2021 era de 86,7%, e a meta estipulada para 2030 é chegar aos 100%. O valor base – a média atual dos municípios portugueses – é 76%. Se os resultados mantiverem o progresso atual, a projeção é de 108% para 2030, ou seja, a meta será alcançada antes do tempo.

Outro indicador que merece destaque é a “taxa de transição/conclusão no ensino básico (%)”. O valor base é de 85,6%. Em 2021, Vila Nova de Gaia chegou a 97,1%. A meta para 2033 é de 100%, entretanto, pela projeção, de acordo com a tendência de evolução dos últimos anos, a meta será atingida antes de 2030.



Já o programa Gaia + Inclusiva é um mecanismo de ação social estratégico que objetiva a prestação de assistência integral. É realizado um diagnóstico dos municípios (normalmente do agregado familiar) e, a partir dele, se define a assistência conforme suas necessidades. O programa compreende a carência econômica, a educação, o emprego, a habitação, a saúde etc. A assistência social municipal atende em média 1.810 pessoas por ano, e o programa tem o custo anual de 250.000 euros (Plataforma ODSLocal, 2022b).

De acordo com as informações disponibilizadas pelo município no portal ODSLocal (2022b) a iniciativa Gaia + Inclusiva atende a cinco ODS: 1, 2, 3, 10 e 11. Entre os indicadores que se relacionam com esta iniciativa, destacam-se alguns referentes à erradicação da pobreza, como: “Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa”. O valor base é 67,6 %, em 2021 apresentou 52,4 % e a meta é reduzir para 16,1 %. Porém, a projeção para 2030 está em 28 %, o que indica que é necessário promover novas ações, ou fortalecer as existentes, para que a meta seja alcançada dentro do prazo estipulado.

Outro indicador é a “Proporção de beneficiários de subsídios de doença da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos)”. O valor base do indicador é de 10,5%, a meta é que até 2030 desça para 4,4%. Porém, em 2020, foi registrado um valor de 12,9% em Vila Nova de Gaia, e a projeção é que chegue a 20,9% (Plataforma ODSLocal, 2022b). Talvez a pandemia que se instalou a partir de 2020 explique esta derrapagem, mas se for mantida esta tendência, seria a própria sustentabilidade do sistema de seguridade social português que estaria em causa, sobretudo se verificasse em outros municípios populosos o mesmo padrão. Por outro lado, como a versão base permite apenas ao município a exposição de 5 boas práticas no portal ODSLocal, pode acontecer que alguma ação municipal já esteja em andamento para enfrentar esta situação, e essa seria uma informação importante a ter em conta na avaliação sistêmica que a sustentabilidade municipal exige.

Comparando os indicadores do ODSLocal para o município Vila Nova de Gaia com indicadores globais divulgados no portal das Nações Unidas, referentes à educação infantil, destacou-se dentre eles a situação dos seguintes indicadores do Quadro 3.

Quadro 3: Indicadores globais divulgados no portal das Nações Unidas, referentes à educação/escolarização infantil, e suas situações

Indicadores globais das Nações Unidas	Situação
1.a.2. - Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)	Em construção



Indicadores globais das Nações Unidas	Situação
4.7.1 - Grau em que a [...], (II) educação para o desenvolvimento sustentável é integrada nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; [...] e (d) avaliação de estudantes.	Sem dados
4.6.1 – “Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo.	Sem dados
4.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 24-59 meses que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo.	Em análise
4.1.2 – Taxa de conclusão do ensino fundamental e ensino médio.	Produzido
4.1.1- Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; (b) no final dos anos iniciais do ensino fundamental [...], que atingiram um nível mínimo de proficiência em (I) leitura e (II) matemática, por sexo.	Em análise
4.5.1- Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, renda e outros) [...] para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.	Produzido

Fonte: UNITED NATIONS, 2021; Elaboração própria.

Embora seja grande a lista de indicadores das Nações Unidas produzidos e em análise, voltados ao ODS de educação de qualidade, algumas particularidades, como ensino gratuito, não são abordadas. Em alguns países, é dever do município ou estado garantir educação gratuita nos primeiros níveis de ensino.

Em Portugal, não faz muito sentido usar esses indicadores universais referentes à educação para aplicação nos municípios, visto que, grande parte das políticas públicas educacionais são atribuições do poder central, e não do poder local. Os municípios apenas podem participar na aplicação de políticas, colaborando na manutenção, nas cantinas, na contratação de pessoal auxiliar, etc. Há, portanto, um papel reservado aos municípios que ganha importância à medida que se desce no escalão de instrução: os municípios têm mais a dizer nos jardins de infância e pouco a acrescentar nas universidades. Mas, seja como for, a situação escolar de um município, independentemente das responsabilidades dos seus decisores políticos e da capacidade dos seus técnicos, é um fator de caracterização que não pode ser menosprezado.

Referente a erradicação da pobreza destaca-se a situação dos indicadores globais das Nações Unidas do Quadro 4.

Quadro 4: Indicadores divulgados no portal das Nações Unidas, referentes à erradicação da pobreza, e suas situações.

Indicadores das Nações Unidas	Situação
1.a.1 - Subsídios totais de assistência oficial ao desenvolvimento, de todos os doadores que se concentram na redução da pobreza [...].	Em análise
1.a.2 – Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social).	Em análise
1.b.1 – Gastos sociais públicos para os menos favorecidos	Em análise



Indicadores das Nações Unidas	Situação
1.1.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional [...]	Produzido
1.2.1 – Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional [...]	Produzido
1.2.2 - Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais.	Em análise
1.3.1 – Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para [...] população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.	Sem dados
1.4.1 – Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos.	Em análise

Fonte: UNITED NATIONS, 2021; Elaboração própria.

Sobre o ODS de erradicação da pobreza, os indicadores globais são similares aos da plataforma ODSLocal de Portugal, o que muda são as metas, que são adaptadas à realidade dos municípios portugueses que, mesmo assim, são muito diversos.

Ao analisar os resultados dessa comparação, notou-se que as Nações Unidas oferecem indicadores base que podem ser utilizados em diversas ocasiões e regiões, porém não exclui a necessidade de ter indicadores tangíveis ao território de aplicação. Nesta ótica, chamou-se a atenção a duas questões:

- 1) Os indicadores e metas da ONU nem sempre fazem sentido para todas as realidades nacionais. Por exemplo, medir a fome ou a educação num país de baixa renda é, certamente, mais importante (e precisa de parâmetros muito diferentes) do que em Portugal;
- 2) O nível local/municipal acrescenta ainda maiores diferenças. Muitas vezes, porque havendo áreas que dependem exclusiva, ou majoritariamente, de políticas nacionais, os municípios não podem intervir, ou têm uma influência muito reduzida, ou, pior ainda, nem sequer existem dados disponíveis ao nível municipal.

Para Puentes *et al* (2021), os indicadores propostos pelas Nações Unidas no contexto social da sustentabilidade, apontam para informações quantitativas, e não há mensuração qualitativa. Os autores afirmam que a maioria desses indicadores são voltados a dados numéricos, proporções e percentuais, e não levam em conta as qualidades dos serviços, percepção do indivíduo etc. Assim, é essencial a divulgação de boas práticas e projetos pelo PCS e ODSLocal, pois não se tratam de informações unicamente quantitativas. Talvez, por isso, no Portal ODSLocal se abriu espaço não apenas a indicadores específicos que podem assumir formas mais qualitativas, como também a boas práticas municipais e projetos da sociedade civil, para além da capacitação no terreno. Tudo junto, afinal, possibilitará que se alcancem os propósitos da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás (ONU, 2015).



Comparando os programas PCS e ODSLocal, verificou-se que embora possuam metodologias diferentes, ambas trabalham com uma gama de indicadores que se adaptam às realidades nacionais e, sobretudo, municipais, buscam o desenvolvimento local, e assim contribuem para o global. Trata-se de uma estratégia que consiste em mudar a pequena escala (os bairros, as comunidades, os municípios), para afetar o mundo como um todo. O termo ‘agir local, pensar global’ surgiu na Eco 92, quando da elaboração da Agenda 21. Este princípio fundamental e imprescindível para garantir a mudança que todos advogam, inclui o cidadão nas práticas administrativas e nas tomadas de decisão (UNCED, 1992). A participação pública e o desenvolvimento sustentável estão, por isso, indissociavelmente atrelados e os dois programas aqui apresentados procuram responder a esse desafio. O Estado (central e/ou federal) tem papel indutor nesse processo e, certamente, engloba todos os níveis, mas é nos municípios que as ações tendem a ser executadas devido à proximidade com o cotidiano: com os cidadãos e os problemas que os afetam e, a partir deles, agir em conformidade e propor soluções (Réus e Andion, 2018).

Ou seja, para melhorar a efetivação dos ODS em âmbito global é necessário partir do local, e para isso é importante ter ferramentas como o PCS e o ODSLocal que ajudam a “ler” as realidades locais e auxiliam na adequação de indicadores voltados para as especificidades de cada município. Afinal cada um possui características próprias e necessidades distintas que devem ser levadas em conta para que se reduza as desigualdades e se fomente a participação de todos os setores da sociedade, num esforço conjunto essencial para o processo de desenvolvimento sustentável.

5 Conclusão

Com os resultados apresentados, bem como a fundamentação teórica, é possível concluir que é essencial a elaboração de indicadores de acordo com a realidade local, pois cada cidade ou país possui características muito diferentes e o que funciona para alguns não é eficiente para outros. Para escolha e elaboração desses indicadores é necessário um corpo técnico qualificado, e os programas como o PCS e o ODSLocal são de grande importância nesse quesito, pois auxiliam as prefeituras não apenas na seleção de indicadores, como na sua leitura e interpretação, sustentando mais eficazmente a elaboração do plano de metas.

Os indicadores de sustentabilidade próprios das Nações Unidas (produzidos ou em análise) são de grande importância, e atendem a requisitos fundamentais que, em última



análise, permitem guiar a ação e conseguir um futuro mais sustentável, porém, não são aplicáveis em sua totalidade a todos os locais, pois foram e são elaborados em prol das metas globais abstratas e pouco adaptadas a especificidades e características que, muitas vezes são únicas e irreproduzíveis. Portanto, é importante que indicadores e metas não percam de vista as realidades locais, adaptando-se aos problemas reais de cada comunidade. Se, por exemplo, em alguns países desenvolvidos o problema da fome é quase nulo, a obesidade pode ser um problema a que urge atender. Isto para além de muitos outros problemas que afetam particularmente sociedades mais abastadas, como o envelhecimento das populações e, por conseguinte, a crescente necessidade de pensar a própria sustentabilidade dos sistemas de segurança social desses países.

Além disso, nota-se que se os municípios usarem os indicadores para elaborar um plano de metas local bem fundamentado, podem transformar essas informações em uma ferramenta de referência credível, clara e apropriável pelo cidadão comum e pelos serviços técnicos municipais. Portanto, os dados para aplicação dos indicadores não deveriam depender exclusivamente do poder regional ou nacional que muitas vezes não apresentam censos com a frequência necessária para análises. Caberia aos municípios encontrar maneiras de coletar informações fidedignas, de forma que não esteja vinculada apenas ao poder político - para não ocasionar diagnósticos utópicos - e incluir os cidadãos na investigação de falhas, na elaboração de planos de metas e na proposta de indicadores específicos.

A vinculação destes planos a estes de indicadores permite, por outro lado, identificar se a meta está próxima ou distante de ser atendida, desenvolver estratégias para as alcançar e, acima de tudo, monitorar a ação para que os desvios sejam, pelo menos, minimizados, além de identificar se as boas práticas estão tendo um resultado satisfatório ou não.

Uma proposta para a continuidade dessa pesquisa é, por meio do PCS, realizar um estudo de caso dos planos de meta de cidades que fazem a manutenção constante dos indicadores, analisar ações e projetos e identificar se estão em progresso para o desenvolvimento sustentável. Por meio do ODSLocal, uma possível abordagem poderia ser o estudo dos Relatórios Locais Voluntários que, se espera, venham a ser cada vez mais produzidos pelos municípios.



6 Agradecimentos

Ao Instituto Federal do Paraná pela concessão de bolsa de mestrado a primeira autora, Ana Claudia Marangoni Batista Campana

Referências bibliográficas

- ADÃO, Nilton M. L.; POLETTE, Marcus. Sistema de Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana para Metrôpoles Costeiras (SIMeC): uma proposta de instrumento de análise territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 18, n. 2, p. 325-342, 2016.
- AGENDA 2030. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>>. Acesso em: 25 de out. de 2021.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. 222 p.
- CMMAD. (1991), “Nosso Futuro Comum”. **Relatório da ONU 1987**. (Vol. 1, 2. ed.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- ELKINGTON, John, **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. (Vol. 1, 1. ed. pp. 1-488) São Paulo: Makron Books, 1997.
- GUERRA, João; SCHMIDT, Luísa. Concretizar o Wishfull Thinking – dos ODS a COP21. **Revista Ambiente & Sociedade**. Vol.19, n. 4, p. 179-196, 2016.
- GUERRA, João; SCHMIDT, Luísa; LOURENÇO, Luiz B. Da Agenda 21 Local a uma Agenda 2030 localizada – os casos português e brasileiro em perspectiva. **Desenvolvimento Comunitário**. Vol. 50, n. 3, p. 352-367, 2019.
- ICS (Instituto Cidades Sustentáveis). IDSC-BR (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil). **Perfis das cidades brasileiras: detalhes para cada cidade nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2022. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles>>. Acesso em: 12 de jul. de 2022.
- MACHADO, Sulamita C. C. Considerações sobre sustentabilidade como princípio fundamental da agenda do futuro. **Revista Persona**, v. 1, n. 90, 2013. Disponível em: <<http://www.revistapersona.com.ar/Persona90/90Sulamita.htm>>. Acesso em: 02 de ago de 2021.
- MALHEIROS, Tadeu F.; COUTINHO, Sonia M. V.; PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. Indicadores de Sustentabilidade: uma abordagem conceitual. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu F. (org.). **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. 1 ed. Barueri: Manole, 2012. p. 31-76.
- NAHAS, Maria I. P.; MONTE-MÓR, Roberto L. **Qualidade de vida urbana: abordagens, indicadores e experiências internacionais**. 1.ed. Belo Horizonte: Com Arte, 2015. 184 p.
- O'RIORDAN, Timothy. **Ciência ambiental para a gestão ambiental**. Routledge, 2014.
- ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 28 de dez. de 2022.



- PCS - PROGRAMAS CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Guia de Indicadores para a Gestão Pública**. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/Guia_de_Indicadores_para_a_Gestao_Publica.pdf>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.
- PCS - PROGRAMAS CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Guia de referências para produção de indicadores e para metas de sustentabilidade urbana**. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/assets/pdf/Referencias-para-indicadores-e-metas_PCS-CEBRAP_2019.pdf>. Acesso: 08 de jan. de 2021.
- PCS - PROGRAMAS CIDADES SUSTENTÁVEIS. **História e metodologia da Rede Nossa São Paulo**. São Paulo. 2015. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/historia_metodologia_RNSP_PCS.pdf>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.
- PLANO DE METAS DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Município de Cascavel –PR: 2021–2024**. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/painel-cidade/detalhes/3981>>. Acesso em: 29 de out. de 2021.
- PLATAFORMA ODSLOCAL. (2022a), **Plataforma Municipal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://odslocal.pt/>>. Acesso em: 29 de dez de 2022.
- PLATAFORMA ODSLOCAL. (2022b), **Vila Nova de Gaia**. Disponível em <https://odslocal.pt/vila-nova-de-gaia>. Acesso em 29 de dez de 2022.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. (2021), **Notícias**. Disponível em <https://cascavel.atende.net/cidadao/noticia/> Acesso em 29 de out de 2021.
- PUNTES, Elquin, et al. Indicadores de sustentabilidade social e sua relação com o conceito de capital social. **Revista de Arquitetura (Bogotá)**, v. 23, n. 1, p. 97-104, 2021. <https://doi.org/10.14718/RevArq.2021.3072>
- RÉUS, Iuana; ANDION, Carolina. Gestão Municipal e Desenvolvimento Sustentável: panorama dos indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 45, p. 97–117, 2018. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.45.97-117>.
- SCHMIDT, Luísa., GUERRA, João. Sustainability: dynamics, pitfalls and transitions. In: Delicado A.; Domingos, N.; Sousa L. (org.). **Changing societies: legacies and challenges**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. p. 27-53.
- TEIXEIRA, Bernardo A. N., et al. Indicadores de Sustentabilidade local: experiência do projeto Jaboticabal Sustentável. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu F. (org.). **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. 1 ed. Barueri: Manole, 2012. p. 159-188.
- UNCED. **Conference On Environment And Development: Rio 92**. 1992. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 01 de março de 2022.
- UNITED NATIONS. **Sustainable Development Goals**. SDG Indicators: Global indicator framework for the Sustainable Development Goals and targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2021. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>>. Acesso: 30 de out. de 2021.
- VANALI, Ana C. Territorialização dos ODS: como estimular as agendas relacionadas à gestão sustentável nas cidades. **Conhecimento Interativo**, v. 15, n. 1, p. 184-190, 2021. Disponível em:



<<http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/view/602>>.

Acesso em: 25 de out. de 2021.

VAN BELLEN, Hans M. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos eBAPE. Br**, v. 2, n. 1, p. 01-14, 2004. Disponível em:

<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512004000100002&script=sci_arttext&tlng=es)

[39512004000100002&script=sci_arttext&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512004000100002&script=sci_arttext&tlng=es)>. Acesso em: 23 de maio de 2021.